
APRESENTAÇÃO

A organização deste número temático torna público o diálogo sobre antropologia e meio ambiente entre pesquisadores de diferentes campos de conhecimento, de diversos pontos de vista e de pertencimentos institucionais plurais, começando pelas próprias organizadoras antropólogas e psicóloga com pesquisa em educação ambiental, que, não raro, se reúnem nas distintas formas de fórum intelectual (aulas, bancas, congressos, colóquios, ONGs, etc.), para tratar de questões sobre problemáticas, saberes e práticas ambientais relacionadas às vicissitudes da cultura e da vida social.

Essa lógica da troca reflete uma circularidade inquieta em que as idéias sobre meio ambiente são abordadas no processo teórico e metodológico de interface no campo científico e que, necessariamente, interpreta os projetos e as deliberações políticas, o cenário econômico, as determinações sociais e os processos históricos, seja no nível nacional seja no nível internacional, local ou global, relacionados ao problema mais caro à humanidade no cenário do século XXI: a qualidade da vida no planeta Terra em meio a uma crise ambiental.

A complexidade do tema não é novidade para a antropologia, acostumada a articular o tema da natureza e da cultura nas histórias dos povos, em seus tradicionalismos localizados e em suas práticas simbólicas, nas políticas de nações modernas, nas diversas imagens de incertezas das formas ditas complexas de viver a contemporaneidade nos espaços sociais íntimos ou coletivos, nos movimentos locais ou nas dramáticas transnacionais.

Os esforços de descrever as mudanças científicas e políticas das últimas décadas sobre o tema meio ambiente têm hoje outros objetivos e novas estratégias. Concebemos, atualmente, uma reflexão sobre essa nova cultura científica, uma meditação cuidada das repercussões dos usos e abusos dos conceitos e representações que fundamentam o chamado problema ecológico ou a chamada questão ambiental, correlata ao debate de uma nova ética, a emergência de uma nova epistemologia ou ainda o esforço ético por uma mais qualificada sensibilidade para tratar das questões ecológicas, ambientais, da insustentabilidade, das estruturas de poder, das ações de gestão, da força da mídia e da comunicação, etc. Não há mais como clamar pela imunidade, em face da complexa interdependência das atividades humanas e da vida planetária.

ria, ou como desfigurar em substantividades, sob a celeuma da “naturalidade”, os eventos humano-sociais historicamente construídos.

Talvez seja o conceito de crise que tenha conseguido, ao longo destes anos de superação dos engessamentos de paradigmas dicotômicos, por mais tempo, amalgamar as múltiplas interrogações e dúvidas sobre o devir humano, no esforço de ordenar os sentidos dos conflitos do viver nos processos de ruptura dos tempos vividos no mundo, considerando, aqui, a própria descontinuidade da natureza pelo ato social, por ter, em sua essência, a tragédia da condição humana em sua prolixa trajetória de construir sua duração. Em tempos de paradigmas complexos, são outros os engendramentos, e outras as questões, para problemas que tão-somente se dramatizam diferenciadamente. Qual a possível superação da crise do meio ambiente e dos conflitos que persistem nos processos civilizatórios, a pobreza, a desigualdade, o desemprego, a discriminação, a guerra, a indiferença ou a oposição entre o mundo ocidental e o tradicional, para sintetizar a universalidade da noção? A concepção da cultura como ato de saber e de fazer é, desde o seu mito de fundação, o lugar-tempo de construção de sentidos por um projeto coletivo de superação, de projeção da continuidade de gerações.

Daí o lugar privilegiado da antropologia para participar dos debates que hoje concorrem na atualidade interdisciplinar dos enfoques, para falar dos conceitos e das representações que constituem a rede de significados no plano da consciência da crise ambiental e que revelam a fragilidade das subjetividades contemporâneas e os perigos das grandes narrativas teóricas desconectadas das perspectivas relativizadoras das vocações étnicas e das relações de sentido singulares de grupos e indivíduos.

A condição humana, sabemos, é uma condição temporal, e a mudança dos tempos evoca a atualidade da descentralidade e a fragmentação dos tempos na modernidade. Na perspectiva de nos descolonizarmos do princípio da flecha do tempo, do universalismo de análises dicotômicas, os artigos que aqui reunimos tratam das pluralidades de experiências, de pensamentos e de práticas, que configuram a complexidade das transformações na modernidade, e da cuidadosa vigilância epistêmica pela transitoriedade que define as ciências, em especial, a antropologia, atenta a reconhecer os projetos que postulam o afrontamento aos embates injustos e autoritários que impedem uma ética de reconhecimento das formas de consolidação das relações sociais nos vários modos de implicação numa vida coletiva. Dessa maneira, discorreremos sobre formas diversas de refletir sobre o tema do meio ambiente, a partir de diferentes experiências, que

encontram, na sua prática de reflexão, o esforço da conciliação cultural das ordens de sentido sobre o que vale a pena continuar e sobre o que deve ser de nossa responsabilidade transmitir na perspectiva de uma solidariedade entre o tempo e as nossas ações.

Na perspectiva de reinterpretação, de ressemantização e de reimaginação das noções descritivas dos dilemas e das dilacerações do desenvolvimento insustentável desvendado no século passado, a desmistificação coloca-se como projeto lógico de uma série de artigos que nos honram: David N. Pellow analisa o debate sobre justiça ambiental nos EUA e sua conexão com os modelos de compreensão das ciências sociais, e discute as relações entre justiça ambiental, raça e modernização; José Sérgio Leite Lopes concebe a complexidade analítica dos fenômenos em torno do “processo de ambientalização” como objeto de conflito e de elaboração de estratégias por diferentes grupos sociais, como podemos conhecer em sua descrição das experiências observadas de Agenda 21 locais; Michael R. Redclift escreve sobre desenvolvimento sustentável – um paradoxo que amadurece; Paul Elliot Little debate sobre a ecologia política como etnografia; Francisco Ther Ríos considera a complexidade territorial relacionada à noção de sustentabilidade; Henri Acselrad, em sintonia com a perspectiva da justiça ambiental, discute a apropriação desigual dos benefícios e riscos ambientais a partir das tecnológicas sociais e a distribuição dos sistemas locais de poluição no Rio de Janeiro; Andréa Zhouri analisa o ideário ambientalista que se constitui em torno do ativismo transnacional na Amazônia, destacando os conflitos paradigmáticos desse ideário na busca de resultados em torno de estratégias como a certificação florestal; e Bodil Andrade Frich e Benjamín Ortiz Espejel abordam estratégias de intervenção ambiental comunitária a partir da investigação do universo semiótico dos moradores locais, em Puebla, México.

A mudança de intriga se dá com os estudos que trazem experiências na construção crítica das molduras institucionais que definem políticas ambientais em que triunfam racionalidades abstratas e unidimensionais de burocratas e organismos liberais. Carlos José Saldanha Machado refere-se, aqui, ao mundo da administração pública das águas do Estado do Rio de Janeiro segundo o olhar de um antropólogo. Mazelas de gestão da matéria-base da vida – como a água tanto quanto será o ar, agora poluído – e seu impacto sobre a população de Chernobyl e que Laurent Bocéno analisa a partir das intempéries políticas relacionadas à sociopatologia divulgadas pela OMS.

Os acidentes ambientais de impacto mediático ou os invisíveis atos corruptores de princípios coletivos revelam o desafio de incertezas, como a

ameaça a patrimônios humanitários, caso da água e do ar, ou a patrimônios ambientais, como a Mata Atlântica, trazida à cena de análise por Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de Almeida Barros, sobre os ideais urbanos e impactos ambientais em assentamentos rurais numa área de reserva da Mata Atlântica brasileira. Essa consideração expõe a complexidade da condição de vida no contexto rural, levando a uma abrangência continental sobre a compacidade territorial e os contrastes agropolíticos, como aborda Héctor Alimonda a respeito da herança em Manaus.

Em *Espaço Aberto*, trazemos, de Michel Maffesoli, um ensaio sobre a estética do trágico que alicerça a idéia de comunidade de destino, em que o autor nos permite pensar até que ponto o tema dos riscos ambientais pode nos conduzir a reconhecer a presença do aspecto sublime e trágico da efemeridade da vida humana no planeta e a rever, no corpo dos esquemas interpretativos da modernidade, os preceitos progressistas e os sonhos prometéticos de domínio da natureza. A escolha desse artigo para compor o *Espaço Aberto* é uma forma de, no interior do debate desta revista, provocar uma reflexão sobre a idéia de destino que impregna, de uma forma indireta, os artigos anteriores. Uma provocação para se pensar sobre os laços inexoráveis que unem, num mesmo fluxo vital, a cultura, a sociedade e a natureza, e sobre o nascimento, mais recentemente, de uma nova ética ecológica e de seus valores supra-individuais, fruto de determinados arranjos estéticos da vida social, em que cada um e cada coisa participam de um *glutinum mundi*, numa expressão cara a Michel Maffesoli.

A todos os autores, atores sociais deste projeto dialógico que inclui os protagonistas das resenhas que aqui trazemos, os agradecimentos das organizadoras. Aos editores desta revista, Sérgio Alves Teixeira, Carlos Steil e Ruben George Oliven, a nossa admiração.

Ana Luiza Carvalho da Rocha
Cornelia Eckert
Isabel Cristina de Moura Carvalho